EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Graziela Scopel Borges[1]; Maria de Lourdes Bernartt[2]

[1] Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Pato Branco. Bolsista CAPES. Licenciada em Pedagogia – UDESC.

[2] Professora Orientadora. Docente do Ensino Superior e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR Campus Pato Branco. Doutora em Educação. Membro do CEPAD.

> "A educação sozinha não faz grandes mudanças, mas nenhuma grande mudança se faz sem educação". (Bernardo Toro *apud* Costa, 2000, p. 33).

1 INTRODUÇÃO

A questão do desenvolvimento, tanto local quanto regional e nacional, tem sido tema de discussões em diversas áreas do conhecimento, todas debatendo e trazendo à tona teorias e pressupostos do desenvolvimento em suas diferentes dimensões.

Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre educação e desenvolvimento, numa perspectiva local, compreendendo em que aspectos a educação pode contribuir e fomentar este desenvolvimento. A participação da educação no desenvolvimento de nosso país sempre foi uma relação ideológica e historicamente é carregada de contradições.

Neste sentido, potencializar e instigar o desenvolvimento local pode ser uma alternativa para comunidades que, normalmente, são esquecidas nos planos de desenvolvimento econômico do país, pelo fato de que muitas, nem possuem estrutura básica de moradias, produção e qualidade de vida e acabam por não representar locais potenciais de empregabilidade, comércio e instalação industrial.

Para o embasamento da discussão é fundamental delinear os conceitos de educação formal, informal e não-formal como formas entrelaçadas do processo educativo. Também é essencial delinear o que se entende, neste artigo, por desenvolvimento discutindo como as dimensões da educação refletem no desenvolvimento de uma região e de uma nação.

Assim, fez-se uso da revisão bibliográfica como método de pesquisa, embasando-se em autores como Libâneo (2002) que discute temas relacionados à Didática; Brandão (1995) que aborda um pouco da História da Educação; Saviani (2007) que reflete sobre as relações entre educação e trabalho; Putnan (1996) que aborda a questão do capital social; Dawbor

(2006) que discute em um de seus artigos, educação e desenvolvimento sustentável, entre outros autores.

Sendo assim, este artigo está organizado em seções sendo que a primeira aborda as conceitualizações referentes às modalidades da educação e a segunda tece reflexões acerca do papel de cada uma delas no desenvolvimento local.

2 EDUCAÇÃO: EDUCAÇÕES?

Brandão (1995) em seu livro O que é educação? Refere-se à educações. Em diferentes momentos da vida e do dia, nos misturamos com educação: na escola, em casa, no trabalho, nas nossas ações cotidianas. "Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos vida com educação" (1995, p. 7).

Ao definir educação, cada pessoa refere-se a uma dimensão do educar, àquela que tem mais sentido em sua vida. Para algumas pessoas, ser educado em boas maneiras sociais é ter educação. Já para outros, ter um "diploma de faculdade" é ter educação. Ser conhecedor do mundo e de seus direitos é ter educação. E para outros ainda, apenas estar informado, é ser/estar educado.

A partir da década de 80, teóricos da área da educação (Libâneo, 2002) delinearam o que chamaram de modalidades da educação, a fim de compreender as dimensões do ato educativo, para além do paradigma da educação escolar. Não tratou-se de abolir uma modalidade em detrimento de outra, nem de negar a função social da escola, mas sim, em compreender que tais conceitos são distintos porém, indissociáveis no cotidiano educacional.

A escola é o lócus histórico de manifestação dos processos educativos intencionais. É, portanto, o espaço da educação formal. É nela que o processo educativo acontece de forma organizada, estruturada, planejada intencionalmente. Possui objetivos claros, específicos e é dependente de diretrizes educacionais (currículos e parâmetros) determinadas por estruturas hierárquicas, burocráticas fiscalizadoras como o Ministério e Secretarias de Educação.

Nela, a educação acontece centrada no conteúdo curricular e científico, estendido à vida, desenvolvido através de metodologias e exercícios direcionados ao domínio de tais conteúdos. As atividades são realizadas com intencionalidade didático-pedagógica, atendendo à diferentes faixas etárias (Educação Infantil, Ensinos Fundamental, Médio, Superior e demais níveis). Os envolvidos possuem papéis específicos: professor, aluno e os chamados

especialistas da educação (pedagogo, diretor, entre outros). É o que tradicionalmente conhecemos por educação escolar.

Através das relações sociais de amizades, na família, no trabalho, na turma da escola, em espaços públicos, enfim, entramos em contanto com o quê Libâneo (2002) denomina de educação informal. É um processo permanente e contínuo ao longo da nossa vida, em que ora estamos no papel ensinantes ora no papel de aprendentes.

Através destes processos culturais e sociais adquirimos conhecimentos, hábitos, habilidades, valores, modos de agir próprios de um contexto e/ou território. Estes saberes, nem sempre estão institucionalizados e resultam da convivência social entre pessoas de várias faixas etárias e de diferentes realidades histórico-culturais. Muitas situações da vida não são planejadas, mas são educativas e é nestas relações que se aprende o bem viver e conviver.

Já a educação não formal, para Gohn (2010, p. 28), passa por um processo de várias dimensões como:

> - a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos;
> - a capacidade dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades;
> - a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos;
> - a aprendizagem de conteúdos que possibilitem os indivíduos fazerem uma leitura de mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor;
> - a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial, a eletrônica, etc.

Assim, a educação não-formal caracteriza-se hoje por envolver atividades educacionais organizadas e sistemáticas sim, porém, sem a rigidez do sistema educacional formal. Gira em torno da educação política, da organização comunitária, da luta da garantia de direitos. Está fortemente ligada ao resgate e valorização histórico-cultural de um grupo e de seu território. Acontece especialmente em espaços sociais e ONGs, podendo também acontecer em outros espaços como associações comunitárias, espaços culturais, centros sociais e entidades do Terceiro Setor.

Na década de 1970 entendia-se a educação não-formal como processos educativos inversos aos da escola. A partir da década de 1990, após contribuições dos ideais de Paulo Freire, entende-se educação não-formal como ações de complementariedade à educação formal/escolar, mas em espaços fora dela (Gohn, 2006).

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), em seu Artigo 1º, define:

> A educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 1)

Discutir a idéia de que a escola não é o único lugar em que se educa é início da discussão sobre as contribuições reais da educação para o desenvolvimento de uma região ou nação. Sendo assim, compreender educação como um processo amplo, para além dos muros da escola, é condição *sine qua non* para entender desenvolvimento numa perspectiva mais humana e emancipadora, nem tanto econômica e política.

3 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: APROXIMAÇÕES

Na maior parte das vezes, a palavra desenvolvimento nos remete ao paradigma do desenvolvimento econômico e produtivo de um país, o que nem sempre sinaliza que este crescimento também tenha se dado em níveis sociais, educacionais, culturais e humanos, isto é, que realmente tenha existido a melhoria da qualidade de vida da população. Desenvolvimento econômico é um tema muito complexo, no entanto essencial para o crescimento de uma região ou nação.

Todo o discurso sobre desenvolvimento acaba por citar a educação como alavanca para tal. Esta afirmação parece óbvia, porém, na história brasileira, nem sempre a educação teve os investimentos necessários e a devida atenção. A educação, historicamente, não fazia parte das discussões sobre desenvolvimento por possuir, aparentemente, uma influência indireta (IPEA, 2002).

Hoje, acusam a educação de não contribuir com o desenvolvimento do país, principalmente por revelar índices educacionais baixíssimos se comparados com outros países do mundo. Acabam por usar este discurso como pretexto das falhas no crescimento do país, porém, o que pouco se discute, é o quê está por detrás das políticas públicas educacionais, que na grande parte das vezes, privilegiaram pensamentos liberais[1] de desenvolvimento impedindo o crescimento da própria educação em níveis mais qualitativos e críticos.

O que normalmente se associa é a idéia da educação e desenvolvimento ligados com o intuito de qualificação de mão de obra ou de avanços científico-tecnológico, revertido em processos econômicos. Raras são as reflexões sobre o papel da educação informal e do

---

[1] Tendências pedagógicas liberais são caracterizadas por não instigarem a criticidade dos educandos e limitarem-se à mera transmissão de conteúdos, baseados na lógica liberalista do capitalismo.

fortalecimento dos vínculos, por exemplo, como base para o desenvolvimento endógeno de comunidades.

Dentre todas as adjetivações que o termo desenvolvimento vem ganhando, para este artigo, delineia-se que desenvolvimento relaciona-se com a melhoria da qualidade de vida da população, processo este centrado no ser humano. Neste sentido, entender desenvolvimento como processo que abarca, além de fatores produtivos e econômicos, fatores sociais, culturais, ambientais, políticos, tecnológicos, de subsistência, de proteção, enfim, é essencial quando se leva em conta o ser humano em sua totalidade.

Nesta perspectiva educação e desenvolvimento não podem ser pensados separadamente, e a educação torna-se fator influente na reconstrução social. Outro paradigma do tema é a idéia de que o desenvolvimento "virá até nós", e que o Estado é o único responsável por tal tarefa.

> [...] o desenvolvimento local implica a formação e a educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam à ela mesma, evidentemente, com a ajuda de todos os agentes e fatores externos, agenciar e gerenciar todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade, em vez de apenas participar de propostas ou iniciativas que venham de fora (Brostolin, 2007, p. 108)

Valorizar o potencial local como alavanca para o desenvolvimento de comunidades é uma alternativa mais democrática do que apenas propostas políticas generalistas e distantes dos contextos comunitário; assim valoriza-se o saber e as aprendizagens daqueles grupos em prol de si mesmos. "A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade" (Brandão, 1995, p. 10).

Diante destes fatores, é fundamental compreender, de uma forma mais direta, as implicações da educação, em suas diferentes modalidades, no fomento do desenvolvimento local.

3.1 A EDUCAÇÃO FORMAL E TRABALHO

Trabalho e educação são, segundo Saviani (2007), essências da vida do homem. O homem se faz pelo trabalho e pela educação. Só o homem trabalha e educa.

Diferentemente dos animais o homem necessita transformar, adaptar a natureza para produzir sua própria vida, ajustando-a às suas necessidades. O ato de agir sobre ela, em função das necessidades humanas é o que conhecemos por trabalho (Saviani, 2007).

Assim, o homem tem que "produzir-se como homem" (ibid, p. 154), já que necessita aprender a lidar com a natureza e a produzir sua existência. Neste processo de aprender a fazer, o homem vai aos poucos, educando-se. "Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar, trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações" (ibid, p. 154).

Desde os tempos mais remotos, o homem transforma a natureza à sua sobrevivência e bem estar. O desenvolvimento das habilidades e artefatos foi aos poucos se especializando a partir da interferência direta da ação humana e reflexão educativa. Desta forma, surge a necessidade de passar às próximas gerações, o conhecimento e aprendizado construído pela ação, pela intervenção na natureza. Nasce aí, a educação, como um processo de transmissão de saberes.

Com o passar do tempo, dos avanços da produção, do surgimento da racionalização, rompeu-se com o elo trabalho, vida e educação, cabendo então às escolas, a tarefa de transmitir os conhecimentos acumulados pelas gerações. Dos mestres de ofício ao professor, o processo de ensinar e aprender foi sendo institucionalizado e formalizado.

De acordo com Saviani (2007), as escolas então, especializaram-se no trabalho intelectual, separando-a do espaço de produção, da vida, do trabalho. Hoje, os discursos educacionais centram-se em debater tentativas de resgatar este elo escola-vida e tornar os processos educativos mais próximos do cotidiano dos alunos.

Uma das funções da escola, continua sendo a de democratizar o acesso aos saberes acumulados pela história da humanidade.

> O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem os quais não pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade (Saviani, 2007, p. 160).

Estes conhecimentos sistematizados giram em torno da aquisição das habilidades comunicativas, da leitura e da escrita, das habilidades matemáticas e dos conhecimentos relacionados às ciências sociais e naturais. Numa dimensão tradicional de educação, o trabalho da escola estaria encerrado por aí, porém, numa perspectiva crítico-social, a função da escola vai além deste "repasse" informacional.

A educação não deve apenas ser um processo de aquisição de conteúdos desconexos com as realidades, ao contrário, deve propiciar ao aluno conhecer melhor sua realidade para ajudar a transformá-la. A educação não só difunde conhecimentos gerais, mas espera-se que também contribua para a materialização dos mesmos, refletidos em melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Neste sentido, a escola tem um papel fundamental no processo de articulação entre as necessidades do desenvolvimento local e os conhecimentos correspondentes, assegurando aos alunos, instrumentos de intervenção sobre uma realidade, que é de todos, permitindo, iniciativas inteligentes e mais conscientes.

Dawbor (2006, p. 6) cita que "O objetivo da educação não é o desenvolver conceitos tradicionais de 'educação cívica' com moralismos que cheiram mofo, mas permitir aos jovens que tenham acesso aos dados básicos do contexto que regerá suas vidas".

A escola, deve associar mais seus conteúdos formalizados à informações locais: socializar mais os dados sistematizados e avanços de uma região, sem fazer disso uma demagogia politiqueira. O estudo de problemas locais, inseridos nos conteúdos escolares é uma opção simples, direta, e requer apenas do professor, um planejamento didático mais detalhado e articulado com a realidade escolar. Tal ação pedagógica, ao mesmo tempo em que amplia os horizontes conceituais dos alunos, forma-os reflexivamente aos problemas de sua localidade.

Outra opção é a elaboração ou até mesmo a reunião de materiais didáticos referentes ao seu município/região. Secretarias municipais, por exemplo, frequentemente produzem *folders*, cartilhas e dados sintetizados e disponibilizados na Internet, e podem ser excelentes recursos para que o desenvolvimento da comunidade seja discutido dentro da escola.

A responsabilidade escolar neste processo é essencial, pois precisamos construir uma geração de pessoas que entendam efetivamente o meio onde estão inseridos (Dawbor, 2006). Tais reflexões podem ser aproximadas com qualquer nível escolar, seja ele Ensino Fundamental, Médio ou Superior. Independentemente do nível escolar, preocupar-se, conhecer e saber sobre seu entorno é fundamental quando se pensa em desenvolvimento.

Além disso tudo, espaços escolares, contribuem com a formação e qualificação dos cidadãos para a atuação profissional, atendendo assim as necessidades de mão de obra, solicitadas pela demanda local.

Democratizar o acesso às informações é um dos objetivos da escola formal, com qualidade tanta que tais conhecimentos sejam retornados em atitudes de melhoria da

qualidade de vida. Aí sim, a educação escolar cumpriu seu papel social e seu papel no desenvolvimento local.

3.2 A EDUCAÇÃO INFORMAL E O FORTALECIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Uma boa parte das transformações relativas à qualidade de vida das pessoas de uma determinada região, depende muito das iniciativas locais. Como cita Dawbor (2006), nem tudo foi globalizado. Não se trata de evitar a globalização e suas influências, mas sim, de resgatar o que cada espaço possui para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

Jamais será globalizada a cordialidade, a confiança, a boa vizinhança. Dawbor (2006) ainda afirma que quanto mais aumenta o discurso da globalização, crescente também é o resgate de valores locais – é o chamado paradoxo global. É no plano local que a participação de todos pode ser expressa de forma mais concreta e as dinâmicas de colaboração entre as pessoas passam a dominar, afinal, vive-se em coletividade.

> É neste plano que desponta a imensa riqueza da iniciativa local: cada localidade é diferenciada, segundo o seu grau de desenvolvimento, a região onde se situa, a cultura herdada, as atividades predominantes na região, a disponibilidade de determinados recursos naturais, as soluções terão de ser diferentes para cada uma. (Dawbor, 2006, p. 4)

Num mesma localidade as pessoas identificam-se com causas coletivas e preocupam-se com o bem estar comum, buscando conjuntamente as soluções para tal. Gera-se assim, um espaço onde todos preocupam-se com todos, e educam-se uns aos outros. Em especial, no sentido da educação informal, esta educação passa pelo ensino dos valores, princípios e saberes tradicionais da comunidade, vividos e repassados então, com sentido educativo. Internaliza-se assim que, todas as instituições, não somente as escolas, são responsáveis pela educação de um grupo/comunidade.

O termo capital social, é um conceito polissêmico e questionado, já que tende a capitalizar o "incapitalizável". Não cabendo aqui tal discussão, para esta discussão, corrobora-se com Bourdieu que define capital social como sendo.

> [...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos, institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comum, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 1998, p. 67 *apud* Silva e Oliveira, 2009, p. 61).

Assim, capital social é um recurso de caráter relacional, tanto de indivíduos quanto de grupos, que envolve tanto recursos naturais quanto simbólicos: informações, influência, prestígio, confiança, reconhecimento, pertença. Também é importante apontar que o capital social se fundamenta nas relações sociais, porém nem todas as relações sociais traduzem-se em capital social.

Granovetter (1973 *apud* Silva e Oliveira, 2009, p. 61) faz uma análise afirmando que o capital social é marcado por laços: fortes e fracos. Os laços fortes, que são marcados por um intenso contato emocional e vínculos mais próximos (familiares, vizinhança da comunidade). Já os laços fracos, são marcados por uma menor intensidade relacional e funcionam como pontes conectando atores de espaços distintos. Esta capital, invisível e imensurável, é fundamental quando se fala no desenvolvimento local e no fortalecimento de redes locais.

Putnan (1996) também discute sobre capital social, e aponta a confiança como chave para o fortalecimento e crescimento deste capital, consequentemente, torna-se a base para o desenvolvimento local endógeno. Em suas reflexões, Putnan faz algumas inferências essenciais para esta relação entre capital social, desenvolvimento e educação informal conforme segue:

- para haver cooperação deve haver a relação de confiança recíproca entre os sujeitos. Confiança promove cooperação. Cooperação se aprende no convívio e na construção das relações. Esta construção é permeada pela educação informal.

- muitas das formas de capital social existentes, como a normas e relações sociais, são também denominados de "recursos morais" (Hischman *apud* Putnan, 1996, p. 179) caracterizam um bem público e é partilhado entre todos através da educação informal.

- uma comunidade cívica (equilíbrio social, cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo) tende a evoluir. Estas características são cumulativas e reforçam-se mutuamente por intermédio da educação informal.

As diferentes modalidades de educação misturam-se no cotidiano da vida das pessoas. A educação informal, conforme conceitualização apresentada por Libâneo (2002), faz parte da vida de qualquer comunidade: o saber das palavras, dos códigos sociais de conduta, das regras de trabalho, na arte, religião. Brandão também cita que "[...] a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força" (ibid, p.11).

"A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é

comunitário como bem, como trabalho ou como vida" (Brandão, 1991, p. 10). É desta forma que penso que a educação, em sua modalidade informal, contribui para o desenvolvimento local, no sentido de despertar, fortalecer e disseminar valores, princípios e normas de convivência construídas coletivamente e transmitidos pelas situações cotidianas, fortalecer os laços de pertença.

3.3 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E AS AÇÕES DO TERCEIRO SETOR

O chamado Terceiro setor surge numa tentativa de suprir as deficiências do estado, no que diz respeito às necessidades da população em áreas como: cultura, artes, empreendedorismo, educação, esportes, educação ambiental, enfim, tantas quanto às faltas do Estado.

> O surgimento do Terceiro Setor teria origem, de um lado, na incapacidade dos outros dois setores. O Primeiro Setor – Estado – pelo seu gigantismo e ineficiência, teria esgotado a sua possibilidade de atender e lidar com as crescentes necessidades sociais das populações necessitadas; e o Segundo Setor – Mercado – que tem como objetivo fundamental o lucro, seria incapaz de incorporar uma agenda que dissesse respeito a questões sociais e ambientais (Saraceno, 2010, p. 07).

A relação entre Estado e ONG's acaba por girar por uma relação de complementariedade instrumental, gerando um tipo de associativismo vinculado a temáticas específicas. Assim, "onde o Estado não tem qualificação suficiente, há o apelo às parcerias como a sociedade civil" (Danigno, 2002). Estas ONGs constroem, juntamente com movimento sociais, um aprendizado de direitos essenciais para o exercício da cidadania. Participação é um aprendizado e um direito de todos.

A década de 90 é marcada por ações de atuação conjunta entre Estado e sociedade, em especial, pela criação de espaços públicos de participação (Danigno, 2002) numa tentativa de possibilitar a efetivação da ação dos cidadãos nos processos da governança, ao mesmo tempo em que se chama a atenção para as potencialidades do desenvolvimento local.

Muitas Organizações Não-Governamentais (ONGs) desenvolvem atividades ligadas à educação, ou até mesmo, disseminam educação, numa tentativa de suprir deficiências da escolarização formal. Ao mesmo tempo em que desenvolvem ações educativas, muitas delas educam para o empoderamento. Experiências de economia solidária, por exemplo, são articuladas a partir destas entidades e de outras instituições que as assessoram, fornecendo-lhes informações e capacitações.

Além disso, muitas outras atividades promovidas por ONGs acabam por contribuir com processos educativos amplos, pois tratam de temas sociais e necessidades coletivas, estimulam uma maior participação cidadã, o voluntariado, o trabalho comunitário.

Outras áreas bastante desenvolvidas pelas ONGs é a inclusão digital e a educomunicação. Este tipo de ação dá condições aos indivíduos de apropriarem do ferramental utilizado, na maior parte das vezes, como mecanismo de reprodução ideológica, possibilitando que os grupos maior interação, consciência e oportunidades aos menos favorecidos, a estarem mais esclarecidos e munidos das mesmas ferramentas dominadas pela minoria.

A garantia de direitos e a conscientização política também é um aprendizado, que na grande parte das vezes, não se aprende na escola e muito menos no cotidiano das pessoas. Muitas relações estão carregadas de intencionalidade negativa e o empoderamento das comunidades necessita ser estudado, avaliado e valorizado por seus próprios membros. Desta forma, a educação que acontece nas associações, fóruns, assembléias e entidades de fomento local, potencializa esta educação política (e não politiqueira) com vistas ao crescimento e desenvolvimento de grupos e da comunidade como um todo.

Gohn (2010) comenta que a educação não-formal trabalha com a cultura política de um grupo, desenvolvendo a construção de identidade coletiva, a solidariedade, identificação de interesses comuns, a consciência e cidadania coletiva dentre outros atributos.

Desta forma é que também compreendo a contribuição da educação não-formal no desenvolvimento local, quando suas ações voltam-se para a formação da comunidade numa perspectiva emancipatória, de participação e de identidade local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação cumpre seu papel, quanto fornece aos sujeitos, ferramentas comunicativas e saberes científicos, com qualidade tanta, que os permitam ter acesso ao mundo letrado, com autonomia. O que falta na educação hoje, é uma maior articulação dos saberes científicos democratizados pela escola (função acadêmica) e os saberes locais das comunidades em que estão inseridas (função social), ou seja, aproximar os conteúdos formais à vida da comunidade, no discurso e na prática pedagógica.

A educação cumpre seu papel quando, socializa indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes e modos de comportamento, civilizados e cordiais. Quando fortalece laços afetivos e instiga relações igualitárias.

A educação cumpre seu papel, quando desperta nos alunos, nos cidadãos, a consciência de sujeitos no e do mundo, e que a idéia de desenvolvimento vindo de fora para dentro é tardia ou talvez, ilusória.

O conceito de desenvolvimento local traz implícito a valorização cultural de uma região ou território. A educação pode assim, fortalecer a idéia do desenvolvimento endógeno, desmistificando o paradigma de que o desenvolvimento só chega de fora sob forma de investimento público.

A geração de conhecimentos sobre a realidade local faz da educação um fator evidente de transformação com vistas ao desenvolvimento, não apenas entendida como contribuição de formação de mão de obra barata e sem qualificação crítica, como historicamente a ela é atrelada.

A educação é a chave para emancipação dos sujeitos com vistas à construção e reconstrução de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais solidária e com maior qualidade de vida, a todos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, José Carlos. **O que é educação?** 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em maio de 2010.

BROSTOLIN, Marta Regina. **Educação e desenvolvimento**: uma parceria necessária na construção da emancipação sociocultural das populações indígenas. In: Revista Tellus. Ano 7. n. 12. abr. Campo Grande: 2007. p. 103-114. Disponível em < ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus12/6_Marta.pdf>. Acesso em maio de 2010.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil**: adolescência, educação e participação. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: **Sociedade Civil e espaços públicos** no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279 – 301.

DAWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento Local**. Disponível em <http://www.futuroeducacao.org.br/biblio/educ_des_local_dowbor.pdf>. Acesso em abril de 2010.

GHON, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola.** Ensaio: Avaliação. Políticas Públicas. v.14, n.50, Rio de Janeiro: 2006. p. 27-38. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em junho de 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IPEA. **Pelo fim das décadas perdidas**: educação e desenvolvimento sustentada no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0857.pdf>. Acesso em maio de 2010.

PUTNAN, Robert. **Comunidade e Democracia**. 1996. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 173-194.

SARACENO, Daniela Vieira dos Santos. **O papel do Terceiro Setor na Questão do Desenvolvimento Regional e Local.** Disponível em <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B417A07AA-CC70-4D3B-AA09-96BA13F08224%7D_Artigo_01.pdf> Acesso em junho de 2010.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 12. n.34. jan/abr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em março de 2010.

SILVA, M. K. OLIVEIRA, G.L. **Solidariedade assimétrica:** capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de "economia solidária". In: Revista Katal. Florianópolis v. 12 n.1 p. 59-67 jan/jun 2009.